

## **POLÍTICAS PÚBLICAS E SUSTENTABILIDADE NO BRASIL – Resenha de *Governança e Sustentabilidade: um elo necessário no Brasil***

Maralyza Correia de Souza Cavalcanti

O livro *Governança e Sustentabilidade: um elo necessário no Brasil*, foi escrito por Renato Cader e Teresa Villac, publicado em 2022, pela editora Fórum. Trata-se de reflexões sobre as relações entre a governança pública e a sustentabilidade. No prefácio, escrito por Antônio Herman Benjamin, Ministro do STJ e **Founding Member and Chair do Global Judicial Institute Environment**, apresenta que a problemática ambiental tem avançado nas últimas décadas impulsionada pelas mudanças de padrões de produção e consumo, podendo-se observar a necessidade de fortalecimento de ações públicas. No prefácio temos clareza de que o agir com e para a natureza deve ser amistoso e não em tom de destruição, incorporando saberes de diferentes áreas e atuando acima das “leis de mentirinha” e do “Estado teatral”. Levantou-se que as demandas de políticas públicas que fortalecem os elos de governança e sustentabilidade ecológica e o bem-estar pleno têm aumentado, mas o Brasil ainda vive uma governança ecossocialmente insustentável, e as lideranças públicas são os principais atores para a mudança desse cenário. O autor ainda pontua que os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU são o guia para a implementação e fortalecimento do Estado Ecossocial de Direito, ou seja, um Estado centrado na sustentabilidade ecológica e que a obra auxiliará na ampliação do debate para a construção do Brasil ecossocial. A obra tem como objetivo principal a junção de

POLÍTICAS PÚBLICAS E SUSTENTABILIDADE NO BRASIL – RESENHA DE *GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE: UM ELO NECESSÁRIO NO BRASIL*

CAVALCANTI, M. C. DE. S.

dois temas complexos e pouco disseminados nos órgãos públicos, que são a governança e a sustentabilidade, analisando-as e inter-relacionando-as, possibilitando um caminho sinérgico entre esses dois conceitos.

Os autores do livro Renato Cader e Teresa Villac possuem intimidade com os temas em questão. Renato Cader é Doutor em Ambiente e Sociedade pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestre em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e graduado em Administração Pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Ministério da Economia. Teresa Villac é Doutora em Ciência Ambiental (USP), Filósofa e Advogada. Educadora Ambiental com formação pela Secretaria do Verde e Meio Ambiente da Prefeitura de São Paulo. Advogada da União em consultoria e coordena a Câmara Nacional de Sustentabilidade da Consultoria Geral da União.

O livro é dividido em seis capítulos que introduzem a importância da sustentabilidade no Brasil (Capítulo 1), apresenta a contextualização da governança no setor público (Capítulo 2), a discussão da sustentabilidade no setor público (Capítulo 3), o resultado dos relatórios GRI e ESG (Capítulo 4) e os desafios e instrumentos de Governança e Sustentabilidade (Capítulo 5), afunilam para a consolidação do elo necessário entre a governança e a sustentabilidade (Capítulo 6). A obra trata de governança pública e sustentabilidade, considerando o campo transdisciplinar, além do direito, da administração e da sustentabilidade.

No “Capítulo 1” é interessante apontar que os autores destacam a interdisciplinaridade na governança pública em face aos problemas ambientais climáticos e a transversalidade de temas necessários para o desenvolvimento da

POLÍTICAS PÚBLICAS E SUSTENTABILIDADE NO BRASIL – RESENHA DE GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE: UM ELO NECESSÁRIO NO BRASIL

CAVALCANTI, M. C. DE. S.

temática, no qual deixam claro que as instituições públicas brasileiras necessitam de alinhamento de medidas públicas e sustentabilidade.

O “Capítulo 2”, possui estrutura mais conceitual, direcionando o leitor para definições e aspectos inerentes à governança pública, frisando que uma boa governança abarca além do direcionamento estratégico, o desenvolvimento nacional sustentável e o bem-estar das futuras gerações. Nesse sentido, os autores incutem a possibilidade de agregar os mecanismos da governança organizacional pública à sustentabilidade por meio da inclusão de critérios e indicadores de sustentabilidade nas normas e projetos institucionais, propondo também o alinhamento aos ODS, sustentando o grande desafio dos gestores públicos nesse casamento, considerando a gestão de riscos, estratégica, a transparência, **accountability** e **compliance** como medidas de controle efetivos contra a corrupção, fraudes e ilegalidades e como a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) possui papel de destaque quando se trata da conexão entre governança e sustentabilidade.

O “Capítulo 3” trata da sustentabilidade no setor público, desenvolvendo um discurso acerca das leis que tratam do meio ambiente (Lei nº 6.938/1981 – Política Nacional do Meio Ambiente) e a crítica ao Decreto Lei nº 200/67 que não contempla os desafios de uma governança mais dialógica e transversal, adotando aspectos da sustentabilidade. Os autores também são enfáticos quando afirmam que não há ligação entre a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) e o referido Decreto, tendo em vista que ele é aplicado isoladamente. Os autores também mencionam o surgimento dos ODS e a atuação sistêmica nas categorias pessoas planeta, prosperidade, paz e parceria, ressaltando as ferramentas para implantação das políticas públicas com sustentabilidade de cunho interdisciplinar e integrador,

POLÍTICAS PÚBLICAS E SUSTENTABILIDADE NO BRASIL – RESENHA DE GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE: UM ELO NECESSÁRIO NO BRASIL

CAVALCANTI, M. C. DE. S.

ressaltando práticas transversais e apresentando instrumentos e ferramentas oficiais em prol da governança com sustentabilidade como a Agenda Ambiental Pública-A3P, o Plano de Gestão e Logística Sustentável –PLS, o Guia Nacional de Contratações Públicas, insinuando a necessidade de avanço ainda maior em relação ao direito fundamental e a boa Administração Pública. Nesse capítulo ficou evidente que os autores consideram o avanço de normas e leis que “respeitam” o desenvolvimento com sustentabilidade, porém são transparentes em suas críticas no que se refere ao assessoramento para os próprios entes públicos e encerram o capítulo com sugestões para diminuir essas barreiras.

A possibilidade de adoção dos relatórios de sustentabilidade Padrão GRI (*Global Report Initiative*) e Padrão ESG (*Environment, Social e Governance*) no setor público é apresentada no “Capítulo 4”, no qual são colocadas características dos referidos relatórios e argumentações a respeito da implantação dos mesmos em organizações públicas, particularmente os autores apontam que há necessidade de lideranças executivas que façam acontecer, que estejam imbrincados com as necessidades das sociedades onde estão atuando.

No “Capítulo 5” é descrito o modelo capaz de atender tal perspectiva, tendo em vista que os autores defendem que os atuais modelos de normas não refletem de forma efetiva e sistêmica a atuação das instituições referente à sustentabilidade e questionam o que falta e quais perspectivas podem ser melhoradas, recomendando que as instituições tratem em um instrumento único aspectos relacionados a governança e a sustentabilidade, argumentando que não basta realizar ações superficiais como a coleta seletiva, economia de água e energia elétrica se a instituição no carrega em sua missão o alinhamento de suas políticas com a sustentabilidade. Detalha os processos de compras públicas

POLÍTICAS PÚBLICAS E SUSTENTABILIDADE NO BRASIL – RESENHA DE *GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE: UM ELO NECESSÁRIO NO BRASIL*

CAVALCANTI, M. C. DE. S.

sustentáveis em que o Estado deve ser promotor de conhecimento e ações em favor da sustentabilidade, assim como as políticas e normas que ganharam relevo para todos os tipos de negócios, públicos ou não, a exemplo da nova lei de licitações Lei nº 14.133/2021. Citam o trabalho de Engler et al (2021) em que sustenta que os vieses de cognição humana são relevantes para o comportamento sustentável, além de discutir sobre compras compartilhadas, defendendo-as como mecanismos capazes de gerar inúmeros benefícios para a administração pública, instituindo o fomento sustentável, otimizando a qualidade do gasto público, possibilitando a economia de escala e correta gestão de resíduos.

O derradeiro “Capítulo 6”, trata da complexidade de interação de disciplinas consideradas fundamentais no que se refere a uma discussão sobre sustentabilidade. Cita-se Edgar Morin e sua Teoria da Complexidade, admitindo que os temas governança e sustentabilidade são aplicados em contextos de alta complexidade, necessitando de saberes diversos. Infere-se que a transversalidade dos temas governança e sustentabilidade é a base para a compreensão da necessidade de construção de um elo entre os dois conceitos e a consolidação dele é o ponto de partida, de acordo com os autores, para compreender o atingimento dos objetivos de governança e sustentabilidade nas organizações. Apresenta-se assertivamente a importância da inovação no setor público, inclusive como tema transversal e fortalecedor atrelado às lideranças e a sua influência nas organizações, inferindo que as lideranças possuem papel fundamental no fortalecimento da governança e na perspectiva da sustentabilidade.

A obra é uma leitura interessante, porém não é isenta de posicionamento político partidário no que se refere aos mecanismos governamentais atuais e à

POLÍTICAS PÚBLICAS E SUSTENTABILIDADE NO BRASIL – RESENHA DE *GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE: UM ELO NECESSÁRIO NO BRASIL*

CAVALCANTI, M. C. DE. S.

necessidade de mudança em ambiente citado como moroso e ecossocialmente insustentável.

Ademais é oportuno salientar que o livro incita a reflexão de que a Governança e a Sustentabilidade são essenciais para uma boa gestão pública e que as lideranças exercem papel fundamental na construção e solidificação desse elo ainda frágil e com menos importância do assunto requer.

O livro é uma obra recente e que trata do que vivemos desde o surgimento do conceito desenvolvimento sustentável e a necessidade de adequação das políticas públicas aos acontecimentos nacionais e internacionais que envolvem a área da sustentabilidade. É uma obra rica em otimismo e assuntos inerentes ao cotidiano de todo administrador público, conceituando e apontando mecanismos que possibilitam o trabalho da governança e da sustentabilidade de maneira interdisciplinar e necessária, unindo disciplinas como Administração, Direito, Meio Ambiente, Sociologia e Filosofia, atestando a importância significativa da manutenção desses contextos para assegurar as futuras gerações os recursos que usufruímos hoje.

### **Sumário do livro**

Governança e sustentabilidade: por que este tema importa no Brasil?

Governança no setor público

Sustentabilidade no setor público

Relatórios de sustentabilidade: reflexões necessárias

Instrumentos de governança e de sustentabilidade

Governança e sustentabilidade: o elo necessário

POLÍTICAS PÚBLICAS E SUSTENTABILIDADE NO BRASIL – RESENHA DE *GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE: UM ELO NECESSÁRIO NO BRASIL*

CAVALCANTI, M. C. DE. S.

**REFERÊNCIAS**

CADER, Renato; VILLAC, Teresa. **Governança e Sustentabilidade**. 1Reimp. Belo Horizonte: Fórum, 2022. 155p. ISBN 978-65-5518-395-5